

EDITAL Nº 86/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 56/2022.
PROCESSO Nº 2151/2022.

Em conformidade com a solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social e por determinação do Prefeito Municipal de Charqueada, a Prefeitura Municipal de Charqueada, torna público que fará realizar-se licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, MENOR VALOR GLOBAL**, visando a **Contratação de Empresa Especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA**, pelo critério de menor preço global, que será regido pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.2002, Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.bll.org.br, no dia **16/08/2022, às 10:00 horas**, as propostas e os documentos devem ser enviados até às 8:00 horas do mesmo dia, sendo que todas as referências de tempo observar o horário de Brasília.

Programação da sessão pública:

HORÁRIO/ DATA	ETAPA
10:00H / 28/07/2022	INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE (www.bll.org.br)
08:00H / 16/08/2022	FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (www.bll.org.br)
08:01H / 16/08/2022	ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS (www.bll.org.br)
10:00H / 16/08/2022	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES (www.bll.org.br)

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **Contratação de Empresa Especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA**, conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.

2. DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico ou solicitadas por meio do seguinte endereço de e-mail: contato@bll.org.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.4. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.5. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.6. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.7. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.8. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

3.2.2 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, nos termos da Lei Complementar nº 123/ 2006, para concessão dos benefícios inerentes à referida legislação e participação, devidamente especificados no termo de referência, Anexo I deste edital.

3.2.2.1. Para concessão dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, a empresa também deverá apresentar documento comprovando seu enquadramento com data de validade não superior à 03 (três) meses.

3.3. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 2h.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do processo licitatório todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencherem as condições de credenciamento e as exigências e condições contidas neste Edital.

4.2. Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrarem em uma ou mais situações abaixo especificadas:

4.2.1. Estejam constituídos sob a forma de consórcio;

4.2.2. Estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar com este Município;

4.2.3. Tenham sido declaradas inidôneas em qualquer esfera de governo;

5. DO EDITAL

5.1. Fazem parte integrante deste Edital:

5.1.1. Anexo I - Termo de Referência;

5.1.2. Anexo II - Formulário para Apresentação de Proposta de Preço;

5.1.3. Anexo III - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo Superveniente a Habilitação;

5.1.4. Anexo IV - Declaração Comprobatória de enquadramento como ME ou EPP;

5.1.5. Anexo V - Declaração de Não Emprego de Menor;

5.1.6. Anexo VI – Termo de Credenciamento.

5.1.7. Anexo VII – Dados Cadastrais.

5.1.8. Anexo VIII - Minuta de Contrato.

5.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, **protocolizando** o pedido até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para a realização do Pregão, cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (19) 3186-9007 ou pelo e-mail licitacao@charqueada.sp.gov.br.

5.3. Não serão reconhecidas as impugnações interpostas, vencidos os respectivos prazos legais.

5.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

6. FUNÇÃO DO (A) PREGOEIRO (A)

6.1. O certame será conduzido pelo (a) Pregoeiro (a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de melhor índice;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

7. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1. Por ocasião da fase de credenciamento dos licitantes deverá ser apresentado o que se segue:

7.1.1. Quanto aos representantes:

a) Tratando-se de **Representante Legal** (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado), instrumento constitutivo da empresa registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de sociedade simples, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de **Procurador**, instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida do representante legal que o assina, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem “a”;

c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

d) O licitante que não contar com **representante** presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço global.

e) Encerrada a fase de credenciamento pelo Pregoeiro, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.

f) Será admitido apenas **1** (um) **representante** para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.

7.1.2. Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

7.1.2.1. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo

estabelecido no **Anexo III** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº. 1 (Proposta) e nº. 2 (Habilitação);

7.1.3. Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

7.1.3.1. Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo IV** deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº. 1 (Proposta) e nº. 2 (Habilitação). A referida declaração deverá vir acompanhada de documento legal que mencione seu enquadramento, com data de expedição não superior à 03 (três) meses.

8. PROPOSTA

8.1. Ser apresentada no formulário conforme **Anexo I** a este Edital, ou em formulário próprio, digitado, se à mão de forma legível, contendo, no mínimo, as mesmas informações exigidas no primeiro, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devendo suas folhas ser rubricadas, contendo:

8.1.1. Razão Social da proponente, endereço completo, CEP, telefone/fax, e-mail e CNPJ do licitante;

8.1.2. Preço por item e total por item, expressos em moeda corrente no país, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação;

8.1.2.1. O preço poderá ser apresentado com até duas casas decimais após a vírgula;

8.1.2.2. Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a **60 (sessenta) dias** correntes, a contar da data de apresentação;

8.1.2.3. Condições de pagamento: **30 (trinta) dias** corridos da emissão das Notas Fiscais Eletrônicas,

8.1.2.4. Prazo de início da prestação dos serviços de no máximo de 05 (cinco) dias.

8.1.2.5. Dados bancários para pagamento: A licitante deverá indicar ainda o nome do banco, o número da agência e da conta corrente em nome da licitante, onde será efetuado o pagamento;

8.1.3. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão às da proposta.

9. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Habilitação Jurídica:

9.2.1. Registro Comercial, em caso de empresa individual; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de

diretoria em exercício, devidamente registradas na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

9.2.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (www.receita.fazenda.gov.br);

9.3.2. Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal ou através de sistema eletrônico (www.caixa.gov.br);

9.3.3. A regularidade para com a **Fazenda Federal** deverá ser comprovada pela apresentação da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais ou pela Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a tributos federais e à dívida da União, expedidas pela Secretaria da Receita Federal ou emitidas via Internet (www.receita.fazenda.gov.br);

9.3.4. A regularidade com a **Fazenda Estadual** deverá ser comprovada através da Apresentação da Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários inscritos em dívida ativa, na forma da Lei, com prazo de validade em vigor (www.dividaativa.pge.sp.gov.br);

9.3.5. A regularidade para com a **Fazenda Municipal** deverá ser comprovada por Certidão Negativa de Tributos Mobiliários Municipais, expedida pelo Município em que o estabelecimento estiver situado;

9.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, com validade em vigor, nos moldes do que estabelece a Lei Federal 12.440/2011, de 07 de julho de 2011 (www.tst.jus.br);

9.3.7. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa;

9.3.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.3.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.3.8.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 10.520/02.

9.4. Qualificação Operacional:

9.4.1. Atestado (s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando satisfatoriamente a execução do objeto da presente licitação.

9.5. Qualificação Econômico-Financeira:

9.5.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e/ou extrajudicial expedida pelos cartórios distribuidores da sede da pessoa jurídica, com prazo não superior a **90 (noventa) dias** da data de sua expedição.

9.5.2. Quando a certidão for positiva para recuperação judicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

9.6. Documentação complementar:

9.6.1. Declaração assinada por sócio da empresa ou por seu representante legal, devidamente comprovados, que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos, e qualquer trabalho aos menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme **Anexo V**.

9.6.2. Dados Cadastrais referentes ao Representante Legal que assinará o contrato, conforme **Anexo VII**.

9.7. Disposições Gerais sobre a Documentação de Habilitação

9.7.1. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, autenticada por servidor da administração, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticada pelo Pregoeiro ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação;

9.7.2. Não serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

9.7.3. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, esta Prefeitura aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas;

9.7.4. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.7.5. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante;

9.7.6 O Pregoeiro ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

10. PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. No horário e local indicado neste Edital será aberta a sessão pública, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no item 6.1.

10.2. O julgamento será feito pelo critério de **menor valor global**, observadas as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Edital;

10.3. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

10.3.1. Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

10.3.2. Que apresentem preço ou vantagem baseados exclusivamente em proposta ofertadas pelos demais licitantes;

10.3.3. Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste Edital.

10.4. Na hipótese de **desclassificação** de todas as propostas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

10.5. As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances**, com observância dos seguintes critérios:

10.6.1. Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até **10%** (dez por cento) superiores àquela;

10.7.2. Não havendo pelo menos **03 (três)** propostas nas condições definidas no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de **03 (três)**. No caso de empate das propostas, serão admitidas todas estas, independentemente do número de licitantes;

10.8.3. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de **sorteio** no caso de empate de preços;

10.9.3.1. O licitante sorteado com o maior número será o primeiro a dar lances e assim em ordem decrescente até a definição completa da ordem de lances.

10.10. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

10.11. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

10.12. Se houver **empate**, será assegurado o **exercício do direito de preferência** às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

10.13.1. Entende-se por **empate** aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até **5%** (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

10.14.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

a) Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência nos termos da LC 123/2006 e apresentar nova proposta no prazo máximo de **5 (cinco) minutos** após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

b) Se houver equivalência dos valores das propostas apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem

10.9.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

b.1) Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

10.14.3. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.14.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do quanto disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.9.1;

a) Na hipótese da não-contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 10.9.4, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

10.15. Após a fase de lances serão **classificadas**, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no item 10.6.1, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

10.16. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.

10.17. O Pregoeiro poderá **negociar** com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10.18. Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.19. Considerada aceitável a oferta de menor preço, no momento oportuno, a critério do Pregoeiro, será verificado o atendimento do licitante às condições habilitatórias estipuladas neste Edital.

10.20. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos.

10.21. A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.22. Esta Prefeitura Municipal não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será **inabilitado**.

10.23. Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será **habilitado e declarado vencedor**.

10.24. Se a oferta de menor preço não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de

classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação do licitante, será declarada vencedora.

10.25. Da sessão será lavrada **ata** circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de apoio.

10.26. O Pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer **diligências** julgadas necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **03 (três) dias** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta Prefeitura Municipal para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

11.1.1- A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;

11.1.2. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;

11.1.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

11.1.4. Os recursos devem ser protocolados junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Charqueada, situado à Praça Antonio D'Alprat, n.º 01, Charqueada, dirigidos ao Pregoeiro.

11.1.5. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

12. DA ADJUDICAÇÃO

12.1 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte da(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo ao Pregoeiro adjudicar o(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

12.2. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s), a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame à(s) proponente(s) vencedora(s).

13. DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Compete à autoridade competente homologar o Pregão.

13.2. A partir do ato de homologação será fixado o início do prazo de convocação da(s) proponente(s) adjudicatária(s) para assinar o contrato, respeitada a validade de sua(s) proposta(s).

14. DO CONTRATO E VIGÊNCIA

14.1. O proponente vencedor deverá assinar o instrumento contratual ou retirar o documento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a partir do comunicado expedido pela Administração, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da LF 8.666/93.

14.2. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar, previamente à assinatura do contrato, a **regularidade fiscal**, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério desta Prefeitura Municipal, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

a) Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 9.9.1;

b) Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atender aos requisitos deste Edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação.

14.3. A empresa contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação.

14.4. O CONTRATO será celebrada pelo prazo de **12 (doze) meses**, prorrogável por igual período.

14.5. Independentemente de interpelação judicial, o contrato será rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal, 30 (trinta) dias corridos da emissão das notas fiscais eletrônicas, após a extração e o processamento das mesmas pela contabilidade.

15.1.1. Emitir **nota fiscal eletrônica** correspondente ao fornecimento do objeto.

15.2. Caso os dias de pagamento coincidam com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, os mesmos serão efetuados no primeiro dia útil subsequente, sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas supra serão atendidas pelas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

DIVISÃO DA SAÚDE – Recursos próprios

DESPESA PRINCIPAL: 441

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 1755

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Aux. Finan. LC173/20 –Saúde

DESPESA PRINCIPAL: 2814

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2900

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. Financ. Cap. Ponderada

DESPESA PRINCIPAL: 446

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2249

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. Financ. ASP - Desempenho

DESPESA PRINCIPAL: 447

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2570

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Custeio Atenção Prim. COVID – Port. 894

DESPESA PRINCIPAL: 2807

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3001

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE - Custeio Ações Saúde - Estado

DESPESA PRINCIPAL: 2898

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3002

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. PAB – R\$ 100.000,00

DESPESA PRINCIPAL: 2809

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3003

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE - Custeio R\$ 150.000,00 – Res.SS 11

DESPESA PRINCIPAL: 2690

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2741

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Piso At. Prim. Saúde – Pós COVID – Port. 377/22

DESPESA PRINCIPAL: 2715

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2745

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – RECURSOS PRÓPRIOS MAC

DESPESA PRINCIPAL: 461

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 586

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – MAC

DESPESA PRINCIPAL: 462

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 587

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – MAC – COVID 19

DESPESA PRINCIPAL: 2798

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3004

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. MAC – R\$ 100.000,00

DESPESA PRINCIPAL: 2696

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3005

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

17. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

17.1. Os preços ofertados não sofrerão reajustes.

17.1.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o comprador poderá restabelecer a relação pactuada, nos termos do Art. 65, inciso II, letra d, da Lei Federal nº 8666/93, mediante comprovação documental e requerimento exposto da contratada.

18. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. A prestação dos serviços ocorrerá no local designado pela CONTRATADA, seguindo demanda e necessidades da Secretaria Municipal da Saúde e Desenvolvimento Social, sendo que a Contratada receberá todas as informações necessárias para execução dos serviços.

18.2. A Contratada deverá indicar RESPONSÁVEL LEGAL para gerenciar o contrato, ser a interlocutora para soluções de quaisquer problemas que vierem a surgir;

18.4. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos trabalhistas decorrentes da contratação dos profissionais, não havendo vínculo empregatício entre a CONTRATANTE e o prestador de serviço.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação, inclusive para efeito de aplicação de penalidades, será atribuição da **Secretaria Municipal de Saúde**, que indicará, para tanto, os servidores que entender necessários.

19.2. Toda correspondência relativa à presente licitação, deverá ser processada por escrito.

19.3. Na hipótese da empresa contratada negar-se a assinar o recebimento com protocolo de qualquer correspondência a ela dirigida, a mesma será enviada pelo correio,

registrada ou por aviso de recebimento (AR), considerando-se desta forma entregue para todos os efeitos.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º desta Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

20.2. A inexecução total ou parcial do objeto deste Edital poderá acarretar a aplicação das seguintes penalidades:

20.2.1. Pela inexecução total:

20.2.1.a. Advertência;

20.2.1.b. Multa de 20% calculada sobre o valor do contrato;

20.2.2. Pela inexecução parcial:

20.2.2.a. Advertência;

20.2.2.b. Multa de 10% calculada sobre o valor do contrato;

20.3. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, nas hipóteses de advertência, multa ou suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

20.4. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas e serão regidas pelo artigo 87, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

20.5. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido utilizando-se o INPC/IBGE, conforme legislação pertinente, até a data de seu efetivo pagamento e recolhido aos cofres da Prefeitura do Município de Charqueada, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

20.6. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo.

20.7. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do contrato, as multas e penalidade serão elevadas em dobro, em caso de reincidência.

21. DAS MEDIDAS ANTICORRUPÇÃO

21.1. Na execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de

qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2. O resultado do presente certame será divulgado no D.O.E e no sitio da prefeitura do município de Charqueada – SP.

22.3. Após a celebração do contrato, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de cinco dias, findo o qual serão inutilizados.

22.4. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

22.4.1. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

22.5. O Chefe do Poder Executivo poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do artigo 49, da Lei Federal 8.666/93.

22.6. No caso de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos proponentes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste edital e os documentos que o integram.

22.7. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

22.8. Cópia do Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através do site www.charqueada.sp.gov.br.

Charqueada, 28 DE JULHO de 2022.

JONAS LANJONI DEL PINO JUNIOR
Secretário de Saúde e Desenvolvimento Social

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa especializada para Prestação de Serviço de Fisioterapia para atender pacientes que necessitam deste atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). Os serviços deverão ser executados de acordo com as condições estabelecidas neste termo de referência.

1.2 - Contratação de empresa especializada em terceirização de profissionais da saúde, visando a disponibilização de 04 (quatro) fisioterapeutas, com carga horária de 30 horas semanais, a serem cumpridas de segunda a sexta feira, para suprir a necessidade da Secretaria de Saúde, por período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até 05 (cinco) anos.

2- DA JUSTIFICATIVA

2.1 - A Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social é composta hoje por duas vagas para fisioterapeuta, sendo que uma vaga está na espera de preenchimento através do concurso público.

2.2 - A procura pelo serviço vem aumentando para atendimentos pós cirúrgicos, pós Covid, ortopedia, pacientes debilitados e acamados, fazendo com que a fila de espera também aumente. Dessa forma, a contratação de serviço especializado de fisioterapia é fundamental para o atendimento da população nas necessidades agudas e crônicas, assim como no atendimento e tratamento dos pacientes pós Covid com necessidades de fisioterapia respiratória ocasionada pela doença ou com doença crônica existente agravada pela Covid.

2.3 - Mesmo com o preenchimento da vaga através do concurso público, o quadro de funcionários para essa área continuará deficiente, considerando a demanda do município, o que contribui para o aumento da fila de espera e redução da qualidade do atendimento para a população. Além disso, há prejuízo quanto ao planejamento da própria Secretaria, quanto aos direitos trabalhistas dos profissionais, que muitas vezes laboram com sobrecarga, aumentando as despesas com horas extras e não conseguem usufruir descansos e férias, para suprir a falta de pessoal no atendimento da Secretaria da Saúde.

2.4 - Há também o aumento da procura para atendimento à domicílio devido necessidades especiais de pacientes com dificuldade de locomoção, mesmo com o fornecimento do transporte. Por isso, solicita-se a contratação de empresa para a prestação de serviço de fisioterapeutas para o atendimento no estabelecimento da Secretaria de Saúde e à domicílio para os casos especiais, visando melhor atendimento e qualidade do serviço para a população.

2.5 - A solicitação para 04 profissionais se deve a escala de atendimento de 30 horas semanais para cada profissional, sendo 03 profissionais para atendimento no estabelecimento da Secretaria de Saúde e 01 profissional para atendimento domiciliar, resultando em mais horários disponíveis para o atendimento no estabelecimento, mais atenção no atendimento para o paciente e redução no transporte dos pacientes com necessidades especiais para deslocamento.

3- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDADE
1	FISIOTERAPEUTA 30 HORAS SEMANAIS	03
2	FISIOTERAPEUTA 30 HORAS SEMANAIS COM DESLOCAMENTO PARA DOMICÍLIOS	01
Total		04

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – Os serviços a serem prestados pela empresa CONTRATADA deverá incluir:

- Idade mínima de 18 anos;
- Fisioterapia Motora;
- Fisioterapia respiratória em pacientes com necessidade do procedimento;
- Fisioterapia domiciliar;
- Disponibilização de 04 profissionais fisioterapeutas, todos com diploma de graduação emitido por Instituição de ensino reconhecido pelo MEC e com inscrição ativa no órgão de classe da categoria – Registro ativo no CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL - CREFITO;

4.2 - Os profissionais deverão apresentar os relatórios mensais das atividades desenvolvidas, através da utilização do sistema que a Secretaria da Saúde oferece;

4.3 - Os profissionais deverão estar disponíveis em 30 horas semanais, sendo 06 horas diárias, de segunda a sexta feira com 15 minutos de descanso, nos horários estabelecidos previamente pela Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Charqueada.

4.4 – A contratada deverá se responsabilizar por todos os encargos trabalhistas e de deslocamento para os atendimentos domiciliares, sem custo adicional para o município.

4.5 – Por se tratar de prestação de serviço, a contratada deverá apresentar contratação em conjunto com os quatro profissionais solicitados, com valor global único e mensal, considerando todos os custos dos profissionais e do profissional com deslocamento para os atendimentos à domicílio (em média, máximo de 06 atendimentos diários, conforme a necessidade e demanda da Secretaria).

5- CARACTERIZAÇÃO DA DISPENSA OU SITUAÇÃO EMERGENCIAL.

5.1 – Não se aplica

6- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1 – Processo licitatório, modalidade Pregão Eletrônico, menor valor global.

7- FORMA DE EXECUÇÃO

7.1 - A contratação deverá ser por empreitada por preço global, conforme art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei Federal 8666/93.

7.2 – O serviço será prestado através de 30 horas semanais para cada profissional, com horário a ser definido pela Secretaria de Saúde. No caso dos atendimentos domiciliares,

o profissional se deslocará até o local agendado com os custos sob responsabilidade da contratada.

7.3 – Em caso de falta, a empresa deverá substituir imediatamente o profissional para cumprimento do atendimento no município.

7.4– Em caso de falta sem substituição, deverá ser apresentado declaração e justificativa da empresa e atestado médico para o fiscal do contrato.

7.5 - O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal dos serviços prestados, cuja nota deverá especificar a quantidade de dias trabalhados, especificando, ainda, o profissional prestador das atividades. Caso o dia do pagamento coincida com sábados, domingos e feriados, tanto como pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

8- ESTIMATIVA DE PREÇO

8.1 - Pesquisa prévia do custo, sem prejuízo da ampla pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras.

9- INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes da contratação serão suportadas com os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

DIVISÃO DA SAÚDE – Recursos próprios

DESPESA PRINCIPAL: 441

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 1755

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Aux. Finan. LC173/20 –Saúde

DESPESA PRINCIPAL: 2814

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2900

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. Financ. Cap. Ponderada

DESPESA PRINCIPAL: 446

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2249

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. Financ. ASP - Desempenho

DESPESA PRINCIPAL: 447

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2570

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Custeio Atenção Prim. COVID – Port. 894

DESPESA PRINCIPAL: 2807

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3001

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE - Custeio Ações Saúde - Estado

DESPESA PRINCIPAL: 2898

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3002

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. PAB – R\$ 100.000,00**DESPESA PRINCIPAL: 2809**

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3003

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE - Custeio R\$ 150.000,00 – Res.SS 11**DESPESA PRINCIPAL: 2690**

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2741

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Piso At. Prim. Saúde – Pós COVID – Port. 377/22**DESPESA PRINCIPAL: 2715**

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2745

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – RECURSOS PRÓPRIOS MAC**DESPESA PRINCIPAL: 461**

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 586

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – MAC**DESPESA PRINCIPAL: 462**

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 587

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – MAC – COVID 19**DESPESA PRINCIPAL: 2798**

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3004

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. MAC – R\$ 100.000,00**DESPESA PRINCIPAL: 2696**

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3005

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

10- VIGÊNCIA

10.1 - A vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até 05 (cinco) anos.

11- INDICAÇÃO DO FISCAL E GESTOR DO CONTRATO**Fiscal:**

Andresa Galoni

Fisioterapeuta

Gestor:

Elaine Eliete Braidotti Berthe
Diretora da Divisão de Saúde

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA.

1 – Dados do Proponente:

Razão Social : _____

Endereço: _____ Município: _____ Estado: ____

CEP: _____ E-mail: _____

Inscrição no CNPJ/MF: _____ Inscr. Estadual: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

2 – Preço

3 – Dados para pagamento: Banco _____; Agência: _____ C/C: _____

4 – Condições de pagamento: 30 (trinta) dias corridos da emissão das N.F. Eletrônicas.

5 – Validade da proposta: _____ (mínimo de 60 dias).

Local e data

Assinatura do Responsável Legal

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

....., inscrito no CNPJ nº e Inscrição Estadual nº., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº e inscrito no CPF nº., DECLARA, para fins do disposto no § 2º, do artigo 32, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do Pregão, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer.

.....
(data)

.....
(representante legal)

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO “ME” OU “EPP”, PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

inscrito no CNPJ nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito no CPF nº _____, DECLARA, para os devidos fins do disposto na Lei Complementar nº 123/06, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da Lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

Declaro ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da LC Nº 123/06.

Data. ____/____/____ de ____

Nome e Assinatura do Representante Legal

RG nº

Obs.: Anexar documento legal, comprovando seu enquadramento, conforme item 6.1.3.1 do Edital

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA
EMPRESA**

....., inscrito no CNPJ nº e Inscrição Estadual nº., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a), portador (a) da Carteira de Identidade nº e inscrito no CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir dos quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VI
CREDENCIAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/2022.

Prezados senhores.

Pelo presente, designo o senhor(a)....., portador(a) do Rg nº, CPF/MF nº como representante desta empresa, estando o(a) mesmo(a) credenciado(a) a responder junto a V. Senhoria, em tudo o que se fizer necessário durante os trabalhos de abertura, exame, habilitação, classificação, interposição e renúncia de recursos, relativamente à documentação de habilitação e à proposta comercial por nós apresentadas para fins de participação na licitação em referência.

....., de de 2022.

local

Assinatura do responsável pela Empresa

ANEXO VII – DADOS CADASTRAIS – PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/ 2022.

a) Dados cadastrais da empresa:

1. Razão Social:
2. Endereço: Bairro:
3. Município: Estado: CEP:
4. Inscrição no CNPJ:
5. Inscrição Estadual:
6. Telefone: () Fax: ()
7. E-mail:
8. Banco: Ag.: c/c.:

b) Dados cadastrais do representante legal que assinará o contrato/ata:

1. Nome:
2. Nacionalidade: Estado Civil:
3. CPF: RG:
4. Endereço Resid.: Bairro:
5. Município: Estado: CEP:
6. Cargo que ocupa na empresa:
7. Telefone:
8. E-mail –

c) Declaração:

Declaro, sob as penas da Lei, que a empresa acima qualificada, a qual represento, não está impedida de contratar com a administração pública direta ou indiretamente e que não foi declarada inidônea pelo poder público, de quaisquer esferas da federação; e não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou desta licitação, sujeita a qualquer outro fator ou circunstância que possa impedir sua regular habilitação na presente licitação.

_____, _____ de _____ de 2022.

Nome ou Carimbo e Assinatura Repr. Legal

ANEXO VIII

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHARQUEADA E, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA.

Pregão Eletrônico n.º XX /2022.

Proc. Admin. n.º XX / 2022.

Prazo: 12 (doze) meses.

Valor:

Data:

Contrato: n.º XX/2022.

CLÁUSULA 1ª - DAS PARTES

1.1. A **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHARQUEADA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Antonio D'Alprat, n.º 01, bairro Centro, nesta cidade e Estado, com CNPJ n.º _____, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **RODRIGO DE ARRUDA**, brasileiro, portador do CPF n.º _____ e portador do RG n.º _____, adiante designada simplesmente, **CONTRATANTE** e, com sede à n.º, na cidade de, inscrita no CNPJ n.º, Inscrição Estadual n.º, representada pelo seu, Sr....., (qualificação completa), portador do CPF n.º e do RG n.º, residente e domiciliado à, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, ajustam o que se segue:

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO

2.1. A **CONTRATADA** obriga-se a **Contratação de Empresa Especializada para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA**, conforme quantidades e discriminações abaixo apresentadas:

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

CLÁUSULA 3ª - RECURSOS FINANCEIROS

3.1. A despesa supra será atendida pelas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

DIVISÃO DA SAÚDE – Recursos próprios

DESPESA PRINCIPAL: 441

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 1755

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Aux. Finan. LC173/20 –Saúde

DESPESA PRINCIPAL: 2814

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2900

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. Financ. Cap. Ponderada

DESPESA PRINCIPAL: 446

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2249

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. Financ. ASP - Desempenho

DESPESA PRINCIPAL: 447

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2570

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Custeio Atenção Prim. COVID – Port. 894

DESPESA PRINCIPAL: 2807

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3001

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE - Custeio Ações Saúde - Estado

DESPESA PRINCIPAL: 2898

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3002

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. PAB – R\$ 100.000,00

DESPESA PRINCIPAL: 2809

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3003

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE - Custeio R\$ 150.000,00 – Res.SS 11

DESPESA PRINCIPAL: 2690

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2741

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Piso At. Prim. Saúde – Pós COVID – Port. 377/22

DESPESA PRINCIPAL: 2715

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39 Outros Serviços Terceiro - Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 2745

02.04.01.103010215.2.320000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospit. Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – RECURSOS PRÓPRIOS MAC

DESPESA PRINCIPAL: 461

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 586

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – MAC

DESPESA PRINCIPAL: 462

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 587

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – MAC – COVID 19

DESPESA PRINCIPAL: 2798

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3004

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

DIVISÃO DA SAÚDE – Inc. MAC – R\$ 100.000,00

DESPESA PRINCIPAL: 2696

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39 Outros Serv. de Terceiros-Pessoa Jurídica

DESPESA DESDOBRADA: 3005

02.04.01.103020216.2.321000/3.3.90.39.50 Serv. Médico-Hospitalar, Odont. e Laboratoriais

CLÁUSULA 4ª - SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação é regulada pelos seguintes dispositivos legais:

4.1.1. Constituição da República Federativa do Brasil;

4.1.2. Lei Orgânica do Município de Charqueada;

4.1.3. Lei Federal nº. 8666, de 21/06/93 e suas alterações;

4.1.4. Lei Federal nº 9.012, de 30/03/95;

4.1.5. Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95;

4.1.6. Portaria Municipal nº 14, de 13/01/22;

4.1.7. Demais disposições legais aplicáveis, inclusive subsidiariamente, os princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA 5ª - DO PREÇO

5.1. Pela execução do objeto deste contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** os valores apresentados por esta em sua proposta, que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

5.2. No preço proposto já estão incluídos além dos lucros, todas as despesas de custos, como por exemplo: encargos sociais e trabalhistas, taxas e impostos, mão-de-obra para entrega em local a ser indicado pela **CONTRATANTE** e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente relacionadas com a execução total do Contrato.

CLÁUSULA 6ª - DOS PAGAMENTOS

6.1. Os pagamentos serão feitos mediante a apresentação da nota fiscal eletrônica que deverá ser emitida na entrega do objeto, acompanhada de relatório dos serviços prestados

emitido pela Secretaria requisitante, no prazo estipulado pela Contratada, contados da data de emissão da nota fiscal, e depositado no Banco e Conta corrente indicada pela Contratada, desde que entregues com tempo hábil para o seu processamento.

6.2. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

6.3. No caso de o órgão licitante, eventualmente, atrasar os pagamentos, estes serão pagos atualizados financeiramente, com base no INPC/IBGE, conforme legislação pertinente.

CLÁUSULA 7ª - DO RECEBIMENTO

7.1. O objeto deste contrato será recebido por servidor a ser indicada para o ato de recebimento, na seguinte forma:

7.1.1. Provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da entrega, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade do objeto com a especificação.

7.1.2. Definitivamente, dentro do prazo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do objeto e consequente aceitação.

7.2. O recebimento de que trata este item far-se-á mediante recibo.

7.3. Fica facultado a **CONTRATADA** a indicação de um representante para, conjuntamente com o da **CONTRATANTE**, proceder ao recebimento do objeto deste Instrumento.

CLÁUSULA 8ª - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A Secretaria Municipal de Saúde é o órgão credenciado pela **CONTRATANTE**, para vistoriar a execução do contrato e o recebimento do objeto do contrato, e a prestar toda a assistência e a orientação que se fizerem necessárias, indicando, para tanto, um servidor.

CLÁUSULA 9ª - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. Este instrumento terá vigência até _____.

CLÁUSULA 10ª - DA RESCISÃO

10.1. Independentemente de interpelação judicial, o contrato será rescindido nas hipóteses previstas pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 11ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios

e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do artigo 4º desta Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A inexecução total ou parcial do objeto deste Edital poderá acarretar a aplicação das seguintes penalidades:

11.2.1. Pela inexecução total:

11.2.1.a. Advertência;

11.2.1.b. Multa de 20% calculada sobre o valor do contrato;

11.2.2. Pela inexecução parcial:

11.2.2.a. Advertência;

11.2.2.b. Multa de 10% calculada sobre o valor do contrato;

11.3. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, nas hipóteses de advertência, multa ou suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

11.4. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas e serão regidas pelo artigo 87, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

11.5. O valor das multas aplicadas será devidamente corrigido utilizando-se o INPC/IBGE, conforme legislação pertinente, até a data de seu efetivo pagamento e recolhido aos cofres da Prefeitura do Município de Charqueada, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

11.6. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe facultado vista ao processo.

11.7. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do contrato, as multas e penalidade serão elevadas em dobro, em caso de reincidência.

CLÁUSULA 12ª - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A **CONTRATADA** obriga-se à execução integral do objeto deste contrato, pelo preço e nas condições ofertadas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão, independente dos motivos que originaram os mesmos.

12.2. O pessoal da **CONTRATADA**, por ela designado para trabalhar na execução do contrato, não terão vínculo empregatício algum com a **CONTRATANTE**.

12.3. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

12.4. Correrão por conta da **CONTRATADA** quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência da execução do contrato.

12.5. A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CONTRATANTE**.

12.6. É vedada a subcontratação.

12.7. A **CONTRATADA** assume inteira responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

12.8. Não será permitida a entrega do objeto deste contrato sem que a **CONTRATANTE** emita, previamente, a respectiva Ordem de Fornecimento.

12.9. A **CONTRATADA** se obriga manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.10. Para os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na execução do contrato, prevalecerão as condições e exigências do Edital, que fica fazendo parte integrante deste Instrumento.

12.11. Para todas as questões suscitadas na execução do contrato, não resolvidas administrativamente, o foro será o da Comarca de Piracicaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Lido e achado conforme, assinam este instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, as partes e testemunhas.

Charqueada, XX de fevereiro de 2022.

RODRIGO DE ARRUDA
Prefeito Municipal
Social

JONAS LANJONI DEL PINO JUNIOR
Secretário de Saúde e Desenvolvimento

p/ **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
RG.:

2. _____
Nome:
RG.:

ANEXO VIII

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
 - I. Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
 - II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
 - III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
 - IV. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações;
 - V. Pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.
4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.
5. O presente Termo de Adesão é válido por 12 meses, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).

Anexo ao Termo de Adesão ao Sistema BLL Compras da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil

(Licitante)

Indicação de Operadores (licitante direto)		
Licitante:		
CNPJ:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:

O Licitante reconhece que:

- I. a Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à Bolsa nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- II. o cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela Bolsa, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;
- III. a perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à Bolsa, para o necessário bloqueio de acesso; e
- IV. o Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros.

Local e data:

(assinatura autorizada com firma reconhecida)